
MEDIAÇÕES EM REDES: REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE A ATUAÇÃO COM REFUGIADOS A PARTIR DAS IDEIAS DE BRUNO LATOUR

NETWORK MEDIATIONS: PRELIMINARY REFLECTIONS ON THE WORK WITH REFUGEES FROM THE IDEAS OF BRUNO LATOUR

Robson de Paula

Faculdade Unyleya, Centro Universitário Augusto Motta- UNISUAM

Resumo: No presente artigo, descrevo o percurso realizado na constituição do projeto “Redes e Acolhimento aos Refugiados no Rio de Janeiro: Cidadania, Inclusão Social e Direitos Humanos”, encaminhado à Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), no início do ano de 2020. Inspirado na teoria Ator-Rede, formulada por Bruno Latour, evidencio as conexões estabelecidas, as controvérsias experienciadas e as escolhas institucionais, as quais nortearam a formulação da referida proposta extensionista. Por meio deste relato, procuro, de forma preliminar, refletir sobre as possíveis imbricações existentes entre os termos: produção de conhecimento, atuação docente e práticas de pesquisa e intervenção com migrantes forçados.

Palavras-chave: Refugiados. Antropologia. Produção de Conhecimento. Formação de Redes. Interdisciplinaridade.

Abstract: In this article, I describe the path taken in the constitution of the project “Networks and Reception for Refugees in Rio de Janeiro: Citizenship, Social Inclusion and Human Rights”, forwarded to the Research, Extension and Innovation Directorate of the Augusto Motta University Center (UNISUAM), at the beginning of 2020. Inspired by the Actor-Rede theory, formulated by Bruno Latour, I highlight the established connections, the experienced controversies and the institutional choices, which guided the formulation of the aforementioned extension proposal. Through this report, I try, in a preliminary way, to reflect on the possible overlap between the terms: knowledge production, teaching performance and research and intervention practices with forced migrants.

Keywords: Refugees. Anthropology. Knowledge Production. Network Formation. Interdisciplinarity.

1 Introdução

O ato de descrever tem sido concebido como elemento basilar do *modus operandi* da Antropologia, desde a sua formação em meados do século XIX. Isto porque, como diria Geertz (1978), a “ciência do homem” teria como finalidade a elaboração de descrições densas, destinadas à interpretação de sistemas culturais. Essa orientação disciplinar, contudo, gerou alguns debates relevantes acerca da forma como o pesquisador associa discursivamente trajetórias individuais aos sistemas sociais mais amplos (MARCUS, 1986); sobre o tratamento dado aos corpos teóricos e aos relatos etnográficos, na produção textual (MARCUS & CUSHMAN, 1982); e acerca da autoridade do escrito antropológico (CLIFFORD, 1998), em outros. Discussões profícuas – e longe de serem consensuais-, as quais impulsionaram a formulação de experimentos interessantes (como ABU-LUGHOD, 1986) e a produção de distintas e variadas formas narrativas na então vertente das Ciências Sociais.

Com base na Teoria Ator-Rede de Latour (2012), neste ensaio, discorrerei sobre as conexões pessoais, pedagógicas e institucionais que possibilitaram a minha aproximação do campo de estudos sobre fluxos migratórios forçados¹ e, posteriormente, me impulsionaram a elaborar o projeto Redes de Acolhimento aos Refugiados no Rio de Janeiro: Cidadania, Inclusão Social e Direitos Humanos². Tido até então como relevante e ilustrativo nas discussões sobre direitos humanos em sala de aula, a partir de 2019, o referido assunto gradativamente foi se desvendando e se constituindo como um objeto relevante de pesquisa e intervenção, em decorrências às associações desenvolvidas com diferentes atores à época. Portanto, pode-se dizer que se trata de um texto de cunho metodológico, por informar mais os caminhos e as redes estabelecidas, importantes para a construção de conhecimento, do que um trabalho, cujo objetivo seja a comunicação de considerações já sedimentadas.

Como bem pontou Bachelard (1968), de modo geral, a produção científica está imbricada à realidade, bem como o sujeito dela não consegue forjar uma postura “neutra”, diante dos fatos verificados e das interações experienciadas. Noutros termos, a ciência necessita ser historicamente localizada, assim como a dimensão da subjetividade do pesquisador não pode ser desconsiderada e, erroneamente, vista como uma “falta de rigor científico”. Não se trata, portanto, em abrir um precedente para a enunciação de “juízos de valor” (*Werturteil*), mas reconhecer que, ao escolher um tema, o pesquisador faz alguns recortes e afunilamentos, tendo em vista que a realidade é infinita e incomensurável. No “fazer” das ciências humanas, há uma relação com valores (*Wertbeziehung*) entre o sujeito e o fenômeno estudado (WEBER, 1999).

¹ Vale pontar que no transcorrer do escrito, a categoria migrações forçadas- e suas derivações- será empregada com o mesmo sentido simbólico empregado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM), a saber: “Término genérico que se utiliza para describir un movimiento de personas en el que se observa la coacción, incluyendo la amenaza a la vida y su subsistencia, bien sea por causas naturales o humanas. (Por ejemplo, movimientos de refugiados y de desplazados internos, así como personas desplazadas por desastres naturales o ambientales, desastres nucleares o químicos, hambruna o proyectos de desarrollo)” (OIM, 2006, p. 39).

² O referido projeto foi aprovando pela Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM), no início do primeiro semestre de 2020. Agradeço imensamente ao coordenador do curso de Serviço Social, João Silva, e Gheysa Moura, mestrandas do Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pela parceria e por juntos formarmos redes de conhecimentos e afetos.

Portanto é preciso admitir que os fatos científicos são socialmente construídos. O fato não é simplesmente ‘descoberto’ ele é realmente feito ou fabricado, por ‘estabilização’ do enunciado inicial: este escapa às incertezas de seu processo de produção e aos turbilhões da controvérsia que decide sua validação, para impor-se e fixar-se. Ele se torna então objeto de citações e referência comum. Integrado ao patrimônio, não pertence mais ao seu autor, e sim passa a ser propriedade de todos. Trocou sua contingência original por uma necessidade lógica, adquirida através de uma convenção sociológica. (CHRETIEN,1994 p.115).

Latour vai além ao propor uma problematização na dicotomia apresentada acima. Para o filósofo e sociólogo francês, especialista nos “estudos da ciência” e amante da antropologia, a relação entre pesquisador e pesquisado deve ser simétrica. Ambos são capazes de estabelecerem interferências e mediações entre si, nas associações que constituem. Nesta perspectiva, sugere que o conhecimento ocorre por meio da formação de conexões entre humanos e não-humanos e não necessariamente através de um determinado método científico privilegiado. Juntamente com outros pensadores, cunhou a Teoria Ator-Rede, cujo objetivo seria o estudo das intrínsecas intermediações e mediações, ocorridas entre os elementos– pessoas, artefatos, objetos, máquinas etc.- integradores das redes no coletivo. Noutras palavras:

Para Latour entre o sujeito e o objeto não há oposição nem separação e o mesmo acontece entre a sociedade e natureza. Entre uns e outros há ‘acontecimentos’, transformações, mediações. É com os não-humanos que se faz o mundo. O ser humano nesta perspectiva deixa de ser ele o fabricante único do mundo e o mundo deixa de ser o resultado de sua “ação”, como quais acreditar o pacto moderno. O sujeito cria ‘associado’ com o objeto e o resultado pode ser incerto e até surpreendentemente. Os seres humanos não sabem porque acreditando ter um controle completo, o resultado do que fazem os supera e por isso, os surpreende. Neste sentido, os seres humanos já não são os criadores do mundo, nem são os descobridores do mundo... os seres humanos ‘acontecem’ o mundo (assim como Pasteur ‘aconteceu’ os micróbios e Newton ‘aconteceu’ a gravidade) (CANAL, 2011, p.147)

A descrição que será realizada a seguir, de certo modo, foi inspirada nesta proposta, principalmente por evidenciar as possibilidades acadêmicas, as trocas e as controvérsias, nas redes que foram conectadas no processo de formulação do projeto com refugiados em questão.

2 Pesquisa e prática pedagógica: “(re) rastreando” o social

Em grande medida, a minha construção e vivência como pesquisador tem se dado nas redes dos estudos da religião. Entre outros, a formação policial e pertencimento religioso (DE PAULA, 2002; DE PAULA & MAFRA, 2002); a trajetória de cantores evangélicos no processo de industrialização da música evangélica (DE PAULA, 2007); a formação do mercado gospel e seus aspectos organizacionais (IDEM, 2008; IDEM, 2012); e a relação entre cosmologia evangélica e modalidades musicais – Funk Gospel (IDEM, 2012) e “corinhos de fogo” (IDEM, 2011; 2012; 2016)- foram abordados acerca do fenômeno religioso. Contudo, paralelamente a essa orientação temática, a qual me qualifica como “especialista em religião”, venho me debruçando em outros assuntos, seja de forma sistemática, esporádica ou diletante, em razão a outras conexões estabelecidas.

Nos últimos anos, a atuação como docente, em diferentes cursos e disciplinas, tem contribuído fortemente para a ampliação de minhas inquietações e, conseqüentemente, para

a abertura de novas frentes investigativas. Em particular, para os propósitos deste escrito, a seguir, destacarei a experiência adquirida ao lecionar Direitos Humanos, Cultura e Relações Conflituosas, a qual me conduziu ao campo de estudos sobre descolamentos humanos forçados.

No ano de 2018, em conformidade com as demandas institucionais do curso de Serviço Social, elaborei a referida disciplina, que também é optativa para outros cursos de graduação da UNISUAM. Em linhas gerais, nesta cadeira no formato de quatro créditos semanais, busca-se capacitar os (as) discentes a refletirem criticamente a respeito das condições de aplicabilidade dos direitos humanos não somente em nosso país- em particular relacionados às populações negras, mulheres e LGBTQ+-, como também em outros contextos nacionais. Escolhi o tema migrações forçadas, para ser abordado nas últimas aulas, por ser um fenômeno de magnitude global, que por sua complexidade, tem imposto grandes desafios políticos e sociais e consequentemente suscitado inúmeros debates acerca da violação de direitos na contemporaneidade.

Inicialmente, para promover o debate sobre a condição de pessoas que foram obrigadas a deixarem seus pertencimentos, em razão à intolerância religiosa, a conflitos étnicos e demais formas de violência à integridade humana, respaldei-me nos trabalhos de Santos & Mendes (2018) e nos relatórios produzidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR)³. A princípio, enquanto professor e cientista social- mais inclinado à antropologia-, nos materiais estudados, foquei questões associadas a possíveis controvérsias, existentes entre agências internacionais, governos e organizações da sociedade civil em torno do reconhecimento cultural e da inclusão de grupos forçosamente desterritorializados em outros países. Munido destes aportes e em concordância com o Plano de Ensino da disciplina, idealizei uma dinâmica inicial, em que os alunos e as alunas pudessem expor suas visões e concepções acerca dos deslocamentos forçados; para, em seguida, propor uma reflexão sobre as respectivas percepções preliminares em diálogo com literatura, compartilhada com a turma. Como desdobramento, os mesmos deveriam realizar outros estudos em casa e apresentar, posteriormente, novos questionamentos nas aulas invertidas⁴.

No que tange ao cotidiano e à prática pedagógica de Direitos Humanos, Cultura e Relações Conflituosas, vale destacar que a situação dos refugiados fomentou calorosos debates e indagações, não somente pelos motivos gerais, expostos anteriormente, mas em função do cenário político do Brasil à época. Em grande medida, o recebimento de venezuelanos, decorrente da instabilidade estrutural no país vizinho, num período eleitoral caracterizado por uma polarização político-partidária e pela disseminação de discursos de ódio no espaço público, contribuiu para tal destaque. Nos dois semestres, em ambas as turmas, ao enunciar o debate sobre refugiados no mundo contemporâneo, constatei que boa parte das concepções apresentadas estavam ancoradas em visões ideológicas, disseminadas mais amplamente naquele momento histórico. Para desenvolver esse ponto, abaixo indicarei algumas formulações, produzidas por eles (as), quando indaguei sobre os

³ Para um aprofundamento nos matérias produzidos pelo Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), pesquise no site: <https://nacoesunidas.org/agencia/acnur/>.

⁴ A metodologia sala investida tem como foco central o estudante no processo de ensino. E para alcançar esse objetivo, previamente, o mesmo é estimulado a se apropriar do conteúdo programático, seja meio de textos, vídeos e outros materiais, para, após, em sala de aula, ser aprofundado e compartilhado como o professor, bem como por outros discentes da turma. Vale pontuar que essa estratégia metodológica de ensino e aprendizagem foi adotada nos demais assuntos abordados na disciplina em questão. Por fim, para um maior esclarecimento sobre Aula Investida, sugiro a leitura de Valente (2016).

conhecimentos que tinham sobre deslocamentos forçados, antes do compartilhamento de qualquer elaboração teórica ou histórica. A pergunta foi a seguinte: o que você sabe sobre os refugiados?

“O comunismo realmente é um fracasso! Olha só a situação dos refugiados que vieram da Venezuela?”;

“A Venezuela, comunista, agora deve cuidar para que os seus cidadãos não venham pra cá”

“Os EUA acabaram com a Venezuela. O Brasil por ser aliado deles, deve também ‘pagar a conta’ e receber os refugiados”.⁵

As formulações enquadravam-se na disputa discursiva mais ampla em torno do que seria o “melhor” sistema econômico e político, supostamente defendido, seja por lideranças ou partidos vistos como da “esquerda” ou da “direita”. Forjadas inicialmente no bojo da Revolução Francesa (1789), para marcar a oposição entre os delegados, engajados na promoção de reformas sociais mais radicais- que comumente se sentavam mais à esquerda- e os mais aristocráticos - identificados como conservadores e agrupados, quase sempre, mais à direita, no plenário-, nos séculos subsequentes, tais categorias foram designadas para fazer referência a diferentes sistemas de crenças e valores, empregados na orientação de comportamentos coletivos, necessários para a condução política da ordem pública (BOBBIO, 1998)⁶. Em particular no Brasil, nos últimos anos, a emergência de grupos radicais de direita, dentre outros fatores, contribuiu não somente para a ressignificação e utilização de tais nomenclaturas, como também gerou um ambiente político mais hostil, polarizado, norteador por discurso de ódio. De acordo com Luis Felipe Miguel (2018), a extrema-direita atual é constituída por agrupamentos diversos, aglutinados politicamente na luta de “inimigo em comum”; e por seguir três orientações: o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e o anticomunismo. Em outras palavras, em maior ou menor escala, são grupos defensores de uma agenda econômica ultraliberal, que flertam com o fundamentalismo religioso - ao se oporem a pautas, como o direito e o combate à homofobia- e por, com afincos, se colocarem como anticomunistas. A respeito deste último fator, como muito engajamento, estabelecem uma associação direta e necessária entre os

⁵ Torna-se necessário informar que tais construções narrativas foram apresentadas no corpo do texto, por terem sido evocadas recorrentemente nas participações, por vezes com formatos diferentes, mas com os mesmos conteúdos semânticos. Na dinâmica, em menor escala, também foram mencionadas a política externa adotada pelo presidente Donald Trump, na contenção de migrantes mexicanos, e a situação dos refugiados na Europa, entre outras contribuições. Vale ainda destacar que a coleta destes discursos não se deu por meio de um roteiro semiestruturado e tampouco, à época, tinha a intenção de desenvolver essa reflexão. Contudo, como diria Ginzburg (1989) as considerações feitas, documentadas nos Conteúdos Lecionados na disciplina, são ótimos indícios no “rastreamento dos sinais” que me ajudam a problematizar a minha prática pedagógica e, com efeito, rever o percurso e as redes que me conduziram aos estudos sobre migrações forçadas.

⁶ Transcrevo a seguir um texto que apresenta, de maneira muito didática, a evolução histórica das referidas categorizações no pós Revolução Francesa.

“Delegados identificados com igualitarismo e reforma social se sentavam à esquerda do rei; delegados identificados com aristocracia e conservadorismo, à direita. A distinção original entre defesa da ordem ou da mudança correspondia a uma disposição espacial e ao longo do século XIX na Europa a distinção entre esquerda e direita passa a ser associada com a distinção entre liberalismo e conservadorismo. Com a expansão do movimento operário e a difusão da perspectiva marxista o conteúdo da posição de esquerda passa a incorporar a defesa dos interesses da classe proletária. Com os debates da socialdemocracia no final do século XIX e a revolução russa de 1917, a defesa do capitalismo desloca a burguesia para a direita. A emergência do keynesianismo a partir da década de 1930, por sua vez, e dos estados de bem estar social com suas políticas redistributivas, reforçaram a oposição entre a liberdade de mercado e o Estado interventor, deslocando também o liberalismo para a direita” (TAROUCO; MADEIRA, 2009, p.3)

partidos “esquerda”, principalmente o dos Trabalhadores (PT), e o comunismo e, no cenário internacional, agrupam os governos capitalistas mais progressistas e países socialistas – a saber, Cuba, Coreia do Norte etc.- numa mesma matriz política.

Verifica-se, portanto, que este acirramento entre as tendências ideológicas e políticas acabou servindo como pano de fundo nos discursos apresentados nas dinâmicas, nas quais introduzi o assunto refugiado na referida disciplina⁷. Como será desenvolvido mais a diante, nos últimos anos, por conta da crise institucional ocorrida na Venezuela, houve uma fuga em massa de cidadãos deste país para o Brasil. Recorrentemente abordado nos meios de comunicação e nas redes sociais, o fenômeno migratório em questão foi utilizado para reforçar ainda mais as defesas dos atores envolvidos na radicalização política à época, seja, por um lado, na demonstração do suposto fracasso do “comunismo venezuelano”, ou na confirmação da atuação danosa do “imperialismo” estadunidense, nos governos opositores ao sistema capitalista global.

Para adensar as concepções alicerçadas nesta disputa de narrativas, propus um aprofundamento nos estudos sobre os refugiados e um repensar sobre a própria configuração do debate político-ideológico mais amplo. Esse movimento reflexivo teve dois desdobramentos interessantes. Primeiramente, o mais objetivo e esperado: uma maior problematização sobre as causalidades e os impactos sociais, econômicos e políticos dos fluxos migratórios forçados. Em segundo, a revisão sobre o meu papel como docente. Por ser profissional das ciências sociais, “lecionar Direitos Humanos”, discutir “temas polêmicos” e participar de manifestações em prol de causas sociais- educação, por exemplo-, muitos alunos me localizavam como sendo de “esquerda”. Tal representação sobre minhas inclinações e orientações políticas, provocavam, de um lado, identificações simpáticas militantes, de outro, uma certa desconfiança de que minhas aulas fossem “doutrinações ideológicas”. Ao recolocar a “questão dos refugiados” em outros termos, observei que tal visão foi reconsiderada por muitos (as), na rede que estabelecemos. Noutros termos, tanto a discussão sobre migrantes forçados, quanto à própria vivência na disciplina deveriam ser localizadas para além da polarização política, a qual cindiu a população nos últimos anos.

As iniciativas institucionais e as ações pedagógicas, compartilhadas no próximo tópico, adensaram esse movimento e também contribuíram para o delineamento do projeto em questão.

3 Novas configurações institucionais e trocas acadêmicas: formação de redes e definição de percurso para a intervenção

Criado em 1973, o curso de Serviço Social do Centro Universitário Augusto Motta é avaliado com um dos mais importantes no cenário fluminense. No transcorrer de sua história, formou, com qualidade, mais de 10 mil profissionais, e por essa razão já recebeu inúmeras condecorações- como a homenagem realizada na Câmara dos Deputados do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ)-, além de ser bem avaliado pelo Ministério da Educação (MEC) e pontuado, com três ou mais estrelas, no Guia dos Estudantes da Editora Abril, a partir de 2013. Desde 2017 vem passando por algumas mudanças substanciais, necessárias a sua adequação aos novos direcionamentos institucionais e pedagógicos da UNISUAM e, de modo geral às condições atuais do sistema educacional brasileiro. No bojo deste

⁷ Cabe destacar que a polarização entre as tendências ideológicas e partidárias retrata no corpo do artigo, acabou ressoando em outros debates promovidos em sala de aula.

processo de reestruturação, no primeiro semestre de 2019, foi selecionado um novo coordenador, com um perfil profissional em concordância com esse novo cenário. Grosso modo, além da salvaguarda da postura reflexiva e crítica- basilares e estruturantes do campo do Serviço Social-, o professor João Silva tem buscado imprimir uma formação mais profissionalizante, articulada à pesquisa e à intervenção e em sintonia com às demandas emergentes no mercado de trabalho.

A proposta para a realização do projeto extensionista sobre migrações forçadas surgiu a partir desta perspectiva institucional, abraçada pela atual gestão do curso, e como um desdobramento, quase esperado, do que eu já vinha realizando em sala de aula, na disciplina de Direitos Humanos, Cultura e Relações Conflituosas. Após conversas e momentos de trocas com a coordenação, no final do primeiro semestre de 2019, a nova empreitada começou a tomar corpo e os delineamentos necessários foram realizados, como a definição do campo de atuação, objetivos e as metas a serem alcançadas.

Neste processo de gestação, não poderia deixar de mencionar a grande contribuição da palestra *Transversalidade e Garantia de Direitos aos Migrantes e Refugiados*, ministrada por Gheysa Moura, no auditório Amarina Motta do campus da UNISUAM, em Bonsucesso, no dia 11 de setembro de 2019.

No evento que contou com a participação de cerca de 100 alunos e alunas dos cursos de graduação - em particular do Serviço Social, Psicologia e Pedagogia-, por cerca de 3 horas, Mora relatou sua experiência com grupos de migrantes venezuelanos nas cidades de Manaus (AM) e Pacaraima (RR), ambas na Região Norte do país. Na comunicação, no intuito de contextualizar jurídica e sociologicamente a discussão, a profissional do serviço social fez uma apresentação inicial acerca da legislação brasileira, destinada à proteção de direitos a pessoas na condição de refúgio; e compartilhou alguns dados estatísticos sobre deslocamentos humanos forçados no Brasil, produzidos por agências internacionais, núcleos de pesquisa e órgãos governamentais de nosso país. Em seguida, trouxe informações mais específicas acerca das estratégias adotadas pelo poder público no acolhimento de migrantes venezuelanos, sem deixar de detalhar a sua vivência profissional nestes processos. Por meio de slides e sob os olhares atentos dos presentes, relatou que em Manaus, muitos deles são acolhidos em abrigos geridos pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC), como o abrigo indígena Alfredo Nascimento e abrigo não indígena, Casa de Acolhida Santa Catarina de Sena. Por sua vez, em Pacaraima, cidade de Roraima fronteira com a Venezuela, os mesmos são provisoriamente alocados no BV-8, um alojamento de passagem administrado pelo governo federal, em parceria com o ACNUR. Nele, após ser feita a triagem social, os migrantes são transferidos para os 11 abrigos em Boa Vista, capital daquele estado. As crianças e adolescente são direcionados a uma casa de acolhimento, dirigido pela Aldeia SOS⁸, cuja criação está intimamente relacionada à atuação incansável da palestrante na salvaguarda deste segmento, o qual encontra-se suscetível a diversas formas de violação de direitos.

Mesmo com todos os esforços demandados, os desafios são grandes, especialmente na promoção de condições básicas de sobrevivência nestes espaços, que são insuficientes para atenderem o grande fluxo crescente de migrantes vindos do país vizinho. De acordo com o Comitê Nacional para os Refugiados (CONARE)⁹, nos últimos anos, ocorreu um aumento significativo no número de solicitações de venezuelanos para a obtenção de refúgio no

⁸ Em conversas com Mora no dia 23/07, obtive a informação de que o referido abrigo passou a ser gerido pela prefeitura do município de Pacaraima.

⁹ Para um maior conhecimento, ver <https://www.justica.gov.br/seus-direitos/refugio/conare>.

Brasil. Enquanto em 2014, contávamos somente com 209 pedidos; em 2015, ocorreu um salto para 829 aberturas de processos junto à Política Federal (PF). No ano subsequente, em 2016, o número mais do que quadruplicou- precisamente foram feitas 3375 solicitações naquele período. A tendência na curva teve uma alta exponencial nos anos posteriores – em 2017, 17.865; em 2018, 61.681 pedidos-, e uma relativa queda a partir de 2019.

Ainda na exposição de Moura foi evidenciado um fator ainda mais dramático e perverso a respeito da recepção e realocação de venezuelanos naquela região: boa parte destas pessoas acaba vivendo nas ruas, em péssimas condições de higiene, expostas a toda sorte de privações e perigos. Segundo o relato engajado dela, o governo federal, contando com a colaboração dos poderes públicos locais, de entidades do terceiro setor e de agências da ONU, tem procurado enfrentar essa problemática social, por meio de ações, como a *Operação Acolhida*¹⁰. Todavia, há um longo caminho a ser percorrido na promoção de condições essenciais para a incorporação e inclusão destes agrupamentos no convívio social e na paisagem das cidades do Norte do Brasil.

A comunicação de Moura está em concordância com as informações apresentadas nos Relatórios da Missão Manaus e Roraima¹¹, ambos desenvolvidos pela Defensoria Pública da União, em 2018. Financiados pela União Europeia (EU) e tendo como parceria o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC) entre outros, os referidos materiais detalham a condição dos migrantes venezuelanos, além de denunciarem dinâmicas criminosas, infelizmente associadas aos fluxos migratórios, como a ocorrência de trabalho análogo à escravidão. *In loco*, os defensores públicos federais e suas equipes verificaram uma situação de extrema gravidade: abrigados que não fornecem condições mínimas de higiene, por operarem além da capacidade máxima; migrantes, em desespero, oferecendo sua força de trabalho, aos transeuntes, nas ruas, próximas às rodoviárias; e famílias vivendo nas vias públicas, em estado de miserabilidade - expostas, inclusive, à ação de redes de traficantes de pessoas e de exploradores sexuais.

A situação descrita acima não é uma excepcionalidade no que se refere às condições materiais e às estratégias políticas, verificadas na acolhida de migrantes forçados na contemporaneidade. Pelo contrário, de certo modo, como diria Michel Agier (2006) estaria em conformidade com o humanitário mundial. Explicarei a seguir.

Conforme avalia o antropólogo francês, as ações, destinadas ao acolhimento de refugiados e deslocados se configurariam a partir de três elementos. Primeiramente, os fluxos migratórios forçados ocorreriam no bojo de um cenário global caracterizado pela concomitância de guerras, por vezes dispersas e despolidizadas, e pela difusão de práticas coletivas de violência. Os EUA se colocariam de forma controversa diante desta situação,

¹⁰ Operação Acolhida foi criada pelo governo federal em 2018, com o intuito facilitar o atendimento humanitário aos refugiados no Estado de Roraima. Esta força-tarefa segue três propósitos:

- 1- **ordenamento da fronteira**-, na qual, sob a coordenação do Exército Brasileiro, são feitas vistorias na documentação dos solicitantes, bem como a verificação da necessidade de vacinação destes grupos;
- 2- **acolhimento**- busca-se, neste momento fornecer condições mínimas para a alocação dos refugiados, como o encaminhamento a abrigados; fornecimento de alimentação; e acesso aos equipamento de saúde. Por fim:
- 3- **interiorização** - fase em que são promovidos possíveis deslocamentos voluntários de venezuelanos de Roraima para outras regiões do Brasil- ação necessária para a efetivação da inclusão dos mesmos na sociedade brasileira. Para outras informações, ver: <https://www.gov.br/acolhida/>

¹¹ Para um aprofundamento nos dados apresentados pelo Relatório da Missão Manaus, acesse o link: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/BR_Missao_Manaua_-_Relatorio.pdf (acesso em 23/05/2020).

Para um aprofundamento nos dados apresentados pelo Relatório da Missão Roraima, acesse o link: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/BR_Missao_Manaua_-_Relatorio.pdf (acesso em 23/05/2020).

por, de um lado, serem os agentes causadores de parte destes conflitos e, de outro, por conduzirem ações humanitárias, visando a sua legitimação moral, no contexto da geopolítica internacional. As ações humanitárias também conjugariam práticas de cuidado ao controle dos sujeitos, já que no processo de acolhimento dos migrantes são utilizados mecanismos de identificação, numa lógica policial. Por fim, associados aos dispositivos anteriores, o atual humanitário mundial seria caracterizado pelo isolamento. Este ponto é facilmente constatado quando observamos a disposição dos refugiados em abrigos ou em campos específicos, transitórios, desconectados e apartados da vida social (AGIER, *idem*).

Salvaguardando as devidas proporções, os elementos sinalizados por Agier (*idem*) podem ser identificados no êxodo ocorrido da República Bolivariana Venezuela para outros países. De acordo com dados da ACNUR, em janeiro de 2020, cerca de 264 mil venezuelanos viviam no Brasil. Boa parte deste contingente populacional migrou em decorrência da instabilidade político-institucional, constituída naquele país, após o falecimento de Hugo Chavez, em 2013. Entre outros, as disputas entre simpatizantes e opositores à política econômica, que vigorava à época, e as controvérsias - internas e externas- entorno da ascensão de Nicolás Maduro geraram uma profunda crise socioeconômica e humanitária, no país tido como um dos mais prósperos da América Latina, nos anos de 1950 (BASTO & OREGON, 2018; PINTO & OREGON, 2018). A escassez de produtos de subsistência, a inflação galopante, associada ao recrudescimento do autoritarismo de Maduro na relação com a oposição, levaram milhões de pessoas a migrarem para outros territórios. No Brasil, conforme já foi colocado, a recepção deles, além de ter sido feita de forma precária - primeiramente em abrigos em Boa Vista e em Manaus, depois em outras cidades-, tem se dado a partir da lógica do controle, justificada pela necessidade da promoção de medidas no campo da segurança ou da saúde. Subjacente a deliberações políticas destinadas ao enfrentamento da “problemática dos refugiados venezuelanos”, observa-se retóricas discriminatórias e xenófobas (MILESI et al., 2018), que levaram até o fechamento temporário da fronteira Brasil-Venezuela, em agosto de 2018 (CÂMARA SILVA & MENDES SILVA, 2019).

Verifica-se, portanto, que o recente movimento migratório venezuelano suscitou grandes desafios aos poderes instituídos, mobilizou as forças políticas e acabou positivamente dando visibilidade aos fluxos compulsórios de agrupamentos humanos no Brasil, de modo geral.

Até aqui descrevi as redes acadêmicas e institucionais que me instigaram a identificar migrações forçadas como uma possibilidade de estudo e intervenção. Como salientei, a vivência com os alunos e alunas e a posterior parceria com estudiosos foram de fundamental importância no processo de reconhecimento do referido campo, bem como na formulação de reflexões introdutórias à luz da literatura já levantada.

Na próxima e última unidade, discorrerei sobre os dados estatísticos, os quais atestam a magnitude e a complexidade do tema refugiados na atualidade. O contato com pesquisas e relatórios, orientados por uma abordagem mais quantitativa, foram de grande valia no processo de contextualização do estudo que será realizado.

4 “Reagregando o social”: contextualizando a atuação com refugiados no bojo dos deslocamentos migratórios mais amplos

Desde a antiguidade, grandes deslocamentos humanos têm sido observados na paisagem mundial. No transcorrer da história das civilizações, em diferentes regiões e por razões distintas, verificou-se fluxos humanos, os quais foram determinantes na configuração de

inúmeros processos culturais, sociais e políticos. Contudo, principalmente a partir das duas últimas décadas do século passado, este fenômeno tem se propagado em todo o globo, conforme nos informa a autora a seguir:

Os movimentos migratórios internacionais reassumem, sobretudo no final dos anos 80, importância crescente no cenário mundial. Cenário este que, a par das grandes transformações econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em curso, se tem caracterizado por desigualdades regionais acentuadas e pela manifestação crescente de conflitos diversos, mas ainda, principalmente, pela constituição de mercados integrados como NAFTA, EU, MERCOSUL e outros. (PATARRA, 1995, p. 7).

Além dos aspectos econômicos mencionados acima, avoluma-se, em escala mundial, os deslocamentos de pessoas e de grupos, em decorrência de guerras, disputas étnicas, intolerância religiosa e de outras formas de perseguições, que configurariam as denominadas migrações forçadas. Para exemplificar, até o final de 2019, cerca de 79, 5 milhões de pessoas viviam na condição de deslocados ou de refugiados, por esses fatores, de acordo com o relatório Tendências Globais da Agência das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR)¹². Isso significa que, praticamente 1% da população mundial encontrava-se desenraizada, uma vez que foi obrigada a romper seus laços familiares e sociais de origem e migrarem para outros territórios. Precisamente, deste quantitativo populacional, 45,7 milhões fugiram para outras regiões dentro de seus respectivos países-ou seja, em deslocamentos internos. Dos que saíram de suas pátrias, 26 milhões conseguiram o reconhecimento como refugiados, enquanto que 4, 2 milhões aguardavam o resultado dos trâmites necessários para o recebimento desta qualificação jurídica, fundamental para o acesso ao sistema de direitos da legislação internacional (ACNUR, 2019). Acerca da distribuição etária, estimava-se que entre 30 e 34 milhões tinham menos de 18 anos de idade, ou seja, cerca de 40 % dos 79, 5 milhões de migrantes forçados eram compostos por crianças e adolescentes. Quanto

Por fim, valem alguns esclarecimentos acerca das principais rotas migratórias, verificadas em 2019, segundo o referido relatório da ACNUR. Em linhas gerais, os países que mais acolheram foram a Turquia (3, 6 milhões), Colômbia (1,8 milhões), Paquistão (1, 4 milhões), Uganda (1,4 milhões) e Alemanha (1, 1 milhões). Com exceção da nação europeia, os demais estão localizados próximos às cinco nações de onde mais pessoas fugiram à época, a saber, da Síria (6,6 milhões), Venezuela (3,7 milhões), Afeganistão (2, 7 milhões) Sudão do Sul (2, 2 milhões) e Miammar (1, 1 milhões).

Como foi ressaltado pelo ACNUR, naquele ano, 85% dos refugiados estavam em países em desenvolvimento, cujos indicadores sociais - como saúde, educação e saneamento básico- estão bem abaixo dos verificados nos países desenvolvidos. Tal situação socioeconômica, associada a falta de políticas de inclusão e a xenofobia, dificulta sobremaneira a garantia de direitos destes grupos, que já sofreram ao deixarem seus respectivos povos.

Nos últimos anos, o Brasil passou a figurar como uma opção de “porto seguro” para muitos refugiados, conforme atesta o ACNUR. Para se ter uma ideia, em nosso país, entre os anos de 2011 e 2018, a Polícia Federal (PF) recebeu 206.737 solicitações de reconhecimento da condição de refugiados, as quais, seguindo os trâmites legais, foram

¹²

Para possíveis aprofundamentos, consulte https://www.unhcr.org/globaltrends2019/#_ga=2.142351858.1333172670.1595886759-1109608641.1582397408 (acesso em 28-07-2020)

posteriormente encaminhadas ao Comitê Nacional para refugiados (CONARE)¹³. Somente no último ano do período indicado, em 2018, 80.057 pessoas recorreram a esse dispositivo para permanecerem no território nacional, sendo que, deste contingente populacional, 61.681 eram de venezuelanos. Dito de outro modo, eram deles os 77% dos processos encaminhados, seguidos por pedidos de haitianos - 7.030, cubano- 2.749-, entre outros.

As solicitações para a obtenção do status de refugiado junto à PF não tem ocorrido de forma proporcional entre as unidades da federação brasileira. Como nos últimos anos o maior deslocamento foi feito por venezuelanos via fronteiras terrestres, verificou-se, em 2018, uma concentração significativa em Roraima, com 50.770 pedidos, e no estado de Amazonas, com 10.500 processos abertos. No mesmo ano, por acolherem em grande parte pessoas oriundas de outras nacionalidades, cuja migração ocorreu por via aérea, São Paulo assumia a terceira posição com 9.977 pedidos, seguido de Santa Catarina e Paraná, respectivamente com 1.894 e 1.408 registros formais junto à PF. (ACNUR, 2019)¹⁴.

A época, o Rio de Janeiro ocupava o sétimo lugar da lista com 752 solicitações. Um dado não tão expressivo em relação aos demais estados brasileiros, porém que merece uma atenção maior, antes de qualquer avaliação precipitada. No transcorrer da história, o Rio de Janeiro recebeu milhares de pessoas na condição de refugiados, por terem fugido de suas nações de origem em função de conflitos armados, guerras étnicas, confrontos religiosos e outras formas de violação de direitos. Dentre esses, nas últimas décadas, destacam-se grupos de angolanos, congolezes, sírios e colombianos. Também, assim como tem ocorrido em outras regiões e localidades, o estado em questão tem recebido venezuelanos, por meio do projeto de interiorização coordenado pelo governo federal em parceria com o ACNUR. Portanto, longe de ser um fenômeno pontual ou regional, a recepção de deslocados forçados tem sido um desafio de ordem nacional.

Além dos condicionantes políticos já mencionados neste escrito, torna-se relevante salientar que, o recente fluxo destes agrupamentos em nosso país ocorreu dentro de um cenário socioeconômico adverso. Depois de um ciclo de expansão e desenvolvimento na primeira década dos anos de 2000, a partir de 2013, o Brasil ingressou num momento de retração econômica, atestado pela queda dos índices do Produto Interno Bruto (PIB) e pelo declínio geral das atividades produtivas (DE PAULA & PIRES 2017). Tal encolhimento redundou negativamente no tecido social, ao fomentar o empobrecimento da população, o aumento da desigualdade social, bem como o desemprego. Portanto, igualmente em outros países, as circunstâncias políticas e econômicas mencionadas, associadas a outros fatores sociais e culturais- como o preconceito- tem imposto grandes desafios para a incorporação dos grupos de refugiados em nossa sociedade.

O projeto encaminhado à Diretoria de Pesquisa, Extensão e Inovação do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM) tem como proposta atender agrupamentos de refugiados, localizados no Estado do Rio de Janeiro, por meio de diagnósticos sociais, pesquisas de monitoramento e consultorias. Em outros termos, busca-se dar suporte teóricos e práticos, necessários para inserção socioeconômica e educacional destes indivíduos na sociedade fluminense. Para alcançar esse objetivo, a presente proposta desenvolverá ações

¹³ Para um aprofundamento, consulte <https://www.acnur.org/portugues/2014/07/30/conare-aprova-numero-historico-de-pedidos-de-refugio/> (acesso em 04/07/2019).

¹⁴ A lista completa de solicitações de reconhecimento da condição de refugiados, por unidades da federação em 2018, pode ser acessada por meio do Link: <http://www.caritas-rj.org.br/numeros-refugio-no-brasil.html> (acesso em 30/07/2020).

e atividades como o intuito de: 1- organizar estudos científicos e acadêmicos a respeito de migrações forçadas, ocorridas no Brasil e em outros contextos nacionais, em bases e em pastas virtuais, para que o público mais amplo possa ter um acesso mais direto as respectivas produções; 2- colaborar na organização e no fortalecimento de redes de acolhimento aos refugiados; 3- estimular uma articulação institucional mais direta entre ensino e extensão, por meio da inclusão de acadêmicos da UNISUAM, seja nas atividades do projeto ou por meio da realização de palestras, minicursos, webinários e de rodas de conversas; e 4- gerar dados e indicadores sociais sobre migrantes forçados no Estado do Rio de Janeiro

6 Futuras rotas com refugiados: para finalizar

No transcorrer do ensaio, descrevi as circunstâncias pessoais, acadêmicas e institucionais inerentes a minha aproximação do campo de estudos sobre migrações forçadas. Na narrativa, procurei não somente dá relevo à compreensão de alguns processos sociopolíticos presentes no fenômeno indicado, como também refleti sobre a minha relação com atores sociais- acadêmicos, estudiosos e superiores hierárquicos-, no processo de reconhecimento da temática refugiados enquanto um unidade de análise- seja no campo da pesquisa científica ou da extensão universitária. Mais do que veicular resultados alcançados ou de evidenciar análises já sedimentadas, compartilhei o percurso realizado na delimitação de meu “olhar” sobre os fluxos migratórios compulsórios. Propus, portanto, um exercício de cunho mais metodológico, no qual acabei tratando de algumas questões subjacentes à construção de conhecimento no horizonte das humanidades, como a relação de valor na pesquisa científica; a possibilidade do professor, no fazer docente, a partir de sua vivência com os alunos, produzir novos saberes; bem como descrevi a influência das redes sociais na produção da ciência.

Por fim, ainda que provisoriamente, vale algumas ponderações acerca da literatura levantada e, com efeito, utilizada neste escrito. Identifiquei que já dispomos de um conjunto de trabalhos consistentes sobre os dispositivos jurídicos, existentes no Brasil e em outros contextos nacionais, que salvaguardam os direitos dos migrantes forçados; assim como há inúmeras obras sobre dados estatísticos, fundamentais para o entendimento mais amplo dos fluxos migratórios no mundo. Produções que indicam, portanto, uma aparente predominância de estudos, mais alinhados ao campo acadêmico do direito, ou orientados por uma perspectiva mais quantitativa, embora seja marcante um caráter interdisciplinar de alguns materiais consultados. No transcorrer do projeto, no que tange à produção de novos saberes, acho mais oportuno contribuir para a diminuição no déficit de estudos, cujo foco seja a compreensão de aspectos subjetivos, ou seja, referentes ao sentido atribuído às ações e aos comportamentos, bem como a experiência do sujeito na condição de refúgio. Neste sentido, já vislumbro me debruçar sobre a questão do sofrimento social e a dimensão da religiosidade nos processos de desenraizamentos, conservação de memórias e reconfigurações identitárias, nas redes desenvolvidas por eles.

REFERÊNCIA

- ABU-LUGHOD, Lila. *Veiled Sentiments: Honor and Poetry in a Bedouin Society*. Berkeley: University of California Press, 1986.
- AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos globalizados. Rio de Janeiro. *Revista Mana*. v.7, n.2: 7-33, 2001.
- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social, Revista de Sociologia da USP*. v.18, n.2: 197-215, 2006.

ALTO COMISSIONADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA REFUGIADO (ACNUR). *Dados sobre o Refúgio no Brasil - Uma análise estatística (2010-2014)*. Link: https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/Estatisticas/Refugio_no_Brasil_2010_2014.pdf.

(ACNUR) Perfil Socioeconômico dos refugiados no Brasil. Link: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/07/Pesquisa-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-Refugiados-ACNUR.pdf>

_____. Protegendo Refugiados no Brasil e no mundo 2019. link: <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/02/CARTILHA-ACNUR2019.pdf>

_____. Relatório Tendência Globais, 2019. Link: <https://www.acnur.org/portugues/dados-sobre-refugio/>

BACHELAR, Gaston. *O Novo Espírito Científico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.

BASTOS, Júlia Pedroni B. & OBREGON, Marcelo Fernando Q. Venezuela em crise: o que mudou com Maduro? *Derecho y Cambio Social- Revista Jurídica*. n.52, a.15, 27-49, 2018. Link: https://www.derechocambiosocial.com/revista052/VENEZUELA_EM_CRISE.pdf

BOBBIO, Norberto. Democracia. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Editora Universidade de Brasília, Brasília, 1998, 319-329.

CANAL, Nathalia Urbano. Entre figurações e associações: as sociologias de Norbet Elias e Bruno Latour. *Maringá*.v.33, n.2: 139-148, 2011. link: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciHumanSocSci/article/view/11771>

CHRÉTIEN, Claude. *A Ciência em Ação: Mitos e Limites*. Campinas: Papirus, 1994

CLIFFORD, James. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998.

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. *Relatório da Missão Amazonas*. Brasília- DF, 2018. Link: https://www.unodc.org/documents/human-trafficking/GLO-ACT/BR_Missao_Manus_-_Relatorio.pdf

DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. *Relatório da Missão Roraima*. Brasília-DF, 2018. Link: https://www.dpu.def.br/images/stories/pdf_noticias/2018/relatorio_missao_roraima.pdf

DE PAULA, Robson. A formação do Policial “Ungido”. *Monografia de final de curso em Ciências Sociais*. IFCH/UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

_____. Os cantores do Senhor: três trajetórias em um processo de industrialização da música evangélica no Brasil. *Religião e Sociedade*. v.27, n.2: 55-84, 2007.

_____. “Audiência do Espírito Santo”: música evangélica, indústria fonográfica e formação de celebridades no Brasil. *Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais/ UERH*, Rio de Janeiro, 2008.

_____. “Se Cristo comigo vai”: notas sobre a elaboração dos primeiros hinários evangélicos em uma cena musical indisciplinada – memória e identidade religiosa em questão. In. OLIVEIRA, P. C. & CARREIRA, S. S. G, (org). *Memória e Identidade: ensaios*. Rio de Janeiro: Edições Galo Branco, 2011.

_____. O mercado da música gospel no Brasil: aspectos organizacionais e estruturais. *Revista UNIABEU*. v. 5, n.9:141-157, 2012^a. Link: <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/370>.

_____. A formação do nicho fonográfico gospel no Brasil: recorrências e singularidades, uma introdução ao debate. III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DAS AMÉRICAS. NUCLEAS. UERJ. Rio de Janeiro, 2012b. CD.

Deslocamentos rítmicos e ressignificação de sentidos: a formação do funk gospel. In. OLIVERIA, P.; CARREIRA, S. S. G. (Org.). *Diásporas e deslocamentos: travessias críticas*. 1ed. Rio de Janeiro: FAPERJ-FGV, 2014.

“Sinta este fogo irmão”. Cosmologia pentecostal, noção de pessoa e “corinho de fogo”. *Revista Tempo da Ciência*. v. 23, ¹ n.45: 52-64, 2016.

Link: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/tempodaciencia/issue/view/757/showToc>

DE PAULA, Robson R. & MAFRA, Clara. O Espírito da Simplicidade: A cosmologia da Batalha Espiritual e as concepções de corpo e pessoa entre policiais pentecostais cariocas. *Religião e Sociedade*. v. 22, n.1:57-76, 2002.

DE PAULA, Luiz Fernando e PIRES, Manoel. Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 31, n.89: 125-144, 2017.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

MIGUEL, Luiz Felipe. A reemergência da direita brasileiro. In: GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARCUS, George. *Problemas de la etnografía contemporánea en el mundo moderno*. Barcelona: Júcar, 1991.

MARCUS, George; CUSHMAN, Dick. Ethnographies as Texts. *Annual Review of Anthropology*, v.11, n.1:25-69, 1982.

MILESI, Rosita et. ali. Migração Venezuelana ao Brasil: discurso político e xenofobia no contexto atual. *Aedos: Revista do Corpo Discente do PPG- História da UFRGS*. v. 10, n. 22: 53-70, 2018.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

PATARRA, Neide Lopes. *Emigração e imigração internacionais no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Fundo de População das Nações Unidas, 1995.

PINTO, Lara Constantino & OBREGON, Marcelo Fernando Q. A crise dos refugiados na Venezuela e a relação com o Brasil. *Derecho y Cambio Social- Revista Jurídica*, Lima. v.15 n.53: 17-29, 2018. Link:

https://www.derechocambiosocial.com/revista051/A_CRISE_DOS_REFUGIADOS_NA_VENEZUELA.pdf.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). *Glosario sobre Migración*. Ginebra, Suiza, 2006

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENDES, José Manuel (orgs.). *Demodiversidade. Imaginar novas possibilidades democráticas*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, Rafaela C. & SILVA, Fora Coralina M. A proteção ao refugiado e a soberania no fechamento de fronteiras: análise do fechamento temporário da fronteira Brasil-Venezuela. *FIDES- Revista de Filosofia do Direito, do Estado e da Sociedade*. v. 10, n. 1: 136-155, 2019. Link:

<http://www.revistafides.ufrn.br/index.php/br/article/view/359/365>

TAROUCO, Gabriela da S; MADEIRA, Rafael M. A dimensão esquerda-direita: um debate sobre os partidos brasileiros. CISO - ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE, 14., 2009, Recife. Anais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2009.

VALENTE, José. A. *Aprendizagem Ativa no Ensino Superior: a proposta da sala de aula invertida*. Departamento de Multimeios, Nied e GGTE - Unicamp & Ced – PUC/SP. São Paulo. 2016.

WEBER, Max. A ciência como vocação. In _____. *Ciência e Política - duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1999.